

FORMA-JORNALISMO: PRÁTICAS E DISCURSOS

Paulo Henrique APOLINÁRIO¹

Resumo: Este artigo toma como base um capítulo da dissertação de mestrado “Deslocamentos e(m) discurso: uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto”. Durante a pesquisa e a elaboração da dissertação, notamos um problema ao conceituar o que seria o “discurso jornalístico” dentro do campo da Análise de Discurso francesa. Entendemos o jornalismo como um lugar por onde passam discursos e dizeres. Ao invés de caracterizarmos o discurso jornalístico como uma unidade cristalizada, iremos analisa-lo como prática discursiva. A soma dessas práticas, cria a forma-jornalismo.

Palavras-chave: análise do discurso, jornalismo

INTRODUÇÃO

A produção da dissertação de mestrado “Deslocamentos e(m) discurso: uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto” revelou uma impossibilidade teórica de se apontar um "discurso jornalístico" dentro do campo teórico da Análise de Discurso (AD) de matriz francesa. Entendemos o jornalismo como um lugar por onde passam discursos e dizeres. Ao invés de caracterizarmos o discurso jornalístico como uma unidade cristalizada, iremos analisa-lo como prática discursiva. São práticas, modos de se fazer, ritos e modos de se comunicar. A junção dessas práticas cria uma forma-jornalismo.

A linha teórica proposta por Michel Pêcheux, principal expoente da AD é fundamental para a nossa análise porque institui o discurso como objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história. A AD se difere de uma análise gramatical ou de conteúdo, pois não busca o significado linear de um texto, mas a maneira como ele significa de forma não estanque (ORLANDI, 2009). Para tanto, a AD se baseia em uma visão materialista do discurso, da língua e da história. Tal embasamento teórico é indispensável para a análise dos dados reunidos para esta pesquisa, uma vez que nossa pesquisa adentra em uma análise material dos modos de produção da política e do jornalismo em Ribeirão Preto, detalhando de que forma os discursos dominantes se

¹ Mestre em Psicologia, Subjetivação e Processos Culturais pela FFCLRP-USP. E-mail: p.apolinario@usp.br

formaram e a quais interesses eles servem. Esse percurso cria uma base sólida para debatermos, adiante, o deslocamento dos sentidos.

UM LUGAR POR ONDE PASSAM DISCURSOS

Assim como a forma-sujeito da AD, essa forma-jornalismo também tem o efeito de mascarar seu rastro ideológico. Por meio de esquecimentos e dizeres sobrepostos, ela se esquece que tem práticas discursivas regidas sob determinada ideologia e se apresenta duplamente como verdadeira e autora do que reproduz. Primeiramente, se apresenta como verdadeira pela ilusão constitutiva (assim como a forma-sujeito). E em segundo lugar, uma dupla ilusão, por reafirmar que o jornalismo propaga verdades. Ou seja, é um discurso "mais verdadeiro que os outros discursos verdadeiros". O que veremos a seguir, portanto, não é se existem discursos exclusivos do jornalismo, mas sim, quais são as práticas (discursivas e materiais) que dão forma a esse espaço por onde passam dizeres. Começaremos essa problematização com a noção de “verdade”, recorrente no jornalismo e que, por muito tempo, auxiliou na estruturação desse espaço discursivo.

O jornalismo é uma área com jargões e máximas problemáticas – principalmente se observado do ponto de vista da AD –, a “busca pela verdade dos fatos”, “imparcialidade”, “compromisso com a realidade”, são alguns exemplos. Sem precisar recorrer ao que já foi exposto a respeito do “real”, essas frases prontas também são motivo de críticas da própria categoria. Como José Arbex Jr. pondera, se observarmos em uma concepção nietzschiana (propositalmente exagerada) de que “fatos não existem”, situações embaraçosas e insolúveis emergiriam no jornalismo. Da mesma forma que é “insustentável a pretensão de que tais fatos possam ser ‘capturados objetivamente’ e retransmitidos fielmente” (ARBEX, 2001, p.106). Aliás, a noção de que o jornalismo seria “um espelho da realidade” foi, como aponta Felipe Pena, uma das primeiras metodologias utilizadas na tentativa de compreender o funcionamento e os efeitos das notícias, ainda no século XIX. Ela foi batizada de “Teoria do Espelho”. “Por essa teoria, o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações” (PENA, 2020, p.125)

Pena destaca dois fatores que de pronto inviabilizam essa teoria: a linguagem não é neutra e as notícias podem até “refletir” certos aspectos da realidade, mas elas também são responsáveis pela construção dessa realidade à medida em que a relatam. Apesar do senso comum, entende-se no jornalismo que os fatos jornalísticos são

uma construção da linguagem e da ideologia. “Fatos existem, mas só podemos nos referir a eles como construções da linguagem. Descrever um fato é, ao mesmo tempo, interpretá-lo” (ARBEX, 2001, p.107). Ou, como acrescenta Bucci, “a verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato de qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, inevitavelmente ideológico” (BUCCI, 2000, p.51). Portanto, não há riscos em afirmar que: não existe um observador neutro. “Testemunhar um evento é também construí-lo segundo o ‘aparelho psíquico’ e a formação social e cultura da testemunha” (ARBEX, 2001, p.35)

Há outro problema na afirmação de que o jornalismo tem o poder de informar o público através da palavra. Trata-se de um mito que se sustenta em outro mito: o da comunicação linguística. Essa fantasia responsabiliza o jornalista pelo relato mais ou menos fidedigno, como se houvesse uma “onipotência do sujeito com relação à linguagem” (MARIANI, 1998, p. 52). Ou seja, uma ilusão de que o jornalista ideal seria capaz de manipular, domar, cercar a linguagem de tal forma, que seu relato sobre um acontecimento seria completamente fidedigno, sem margem para interpretações. Para sistematizar essa pretensão de “domínio da língua” e torna-lo uma prática, os principais manuais de redação do país privilegiam a estrutura de “pirâmide invertida” e do lead (ou lide) nas notícias. Vejamos, primeiramente, o que o Manual de Redação da Folha de São Paulo fala a respeito da pirâmide invertida:

Técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final. É a técnica mais adotada nos jornais do Ocidente. Deve ser usada pelos jornalistas da Folha em texto noticiosos (MANUAL, 2005, p.93)

E sobre o lead:

O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. [...] Se os fatos são urgentes e fortes, eles tendem a impor ao lide um estilo mais direto e descritivo, respondendo às questões principais em torno do acontecimento (o quê, quem, quando, como, onde, por quê, não necessariamente nessa ordem (MANUAL, 2005, p.28-29)

Supõe-se que, usando essas duas técnicas, o jornalista terá um texto objetivo e que consegue relatar o fato em sua totalidade. Não é exagero conjecturar, com base nessas afirmações, que, sendo um jornalista capaz de capturar e transcrever a “realidade”, esse relato também deveria romper as barreiras do tempo e da história. Deveria fazer sentido e dar conta de reproduzir aquele dado acontecimento além de qualquer anacronismo. Se

lido daqui uma década ou um século, ele ainda deveria ser capaz de informar. Porém, sabemos que essa premissa não se sustenta. Isso porque, “o discurso jornalístico é construção parcial do social, do cultural, do histórico, do imaginário e como tal deve ser entendido” (MARIANI, 1998, p.27). Dessa forma, não tratamos o “discurso jornalístico” como um relato documental indiscutível, mas como monumento, isto é:

[...] algo que representa e também constitui o período. [...] Isto implica na passagem de uma observação estática e apriorística (análise de conteúdo) para a compreensão do modo de funcionamento dos jornais nas condições de produção específicas [...]. **Ao invés de caracterizarmos o cotidiano do discurso jornalístico como unidades cristalizadas, partimos para analisá-lo como prática discursiva.** (MARIANI, 1998, p.34, grifo nosso)

O que seria então a “verdade jornalística” senão mais um recurso discursivo que tem o objetivo de fornecer a um enunciado um valor determinado? Este valor seria delimitar o que é verdadeiro e o que é falso. O que é fato e o que não é. Uma disputa por quem “apreende mais fielmente a realidade”. Se o discurso verdadeiro é algo historicamente constituído, a forma-jornalismo – que também abarca o discurso verdadeiro – também o é. No início do século XX no Brasil, a maioria dos grandes veículos de mídia não fazia rodeios em esconder seu posicionamento político, isso quando não eram considerados “partidários”. Contudo, com a modernização da imprensa e a adoção de um modelo industrial de produção, as despesas se elevaram e a tiragem e a publicidade para pagar os custos de produção também sofreram uma inflação. Jornais de que vendiam 50 mil exemplares em São Paulo ou no Rio de Janeiro conseguiam se manter ativos no início do século passado, porém, esse número precisou ser triplicado com o avançar das décadas. Com a tiragem cada vez maior, ficava mais difícil atingir públicos partidarizados. Para manter escalas de tiragens economicamente viáveis, foram “obrigados a se voltar para um universo cada vez mais amplo. Em vez de cativar o leitor partidarizado, como no passado, a estratégia passou a ser atrair um público plural. (MARTINS, 2005, p.19).

É sabido, contudo, que ainda existem jornais de menor abrangência, principalmente no interior, como cita Martins, que ainda optam por uma linha editorial personalista, que concentra na figura de um apresentador ou jornalista o papel de dar a “informação” junto da “opinião”. O autor acrescenta que o trabalho do jornalista, portanto, seria “interpretar os fatos”, e faz a seguinte distinção entre interpretação e opinião:

A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio. Já a interpretação é uma primeira leitura do acontecimento, é uma tentativa de juntar e relacionar seus vários fragmentos no momento em que ele está ocorrendo. A primeira fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas. A segunda, ao contrário, busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio. (MARTINS, 2005, p.22)

O que o autor traça aqui é um fazer “ideal” do jornalista. O “verdadeiro jornalista deve interpretar os fatos”. Essa interpretação desembocaria no discurso, escrito ou falado do jornalista. Na sua tentativa de decodificar o mundo por meio da linguagem. Porém, não existe uma “linguagem total”, ou seja, um sistema de códigos que conseguisse uma aproximação fidedigna entre a própria linguagem e o mundo (ARBEX, 2001). Como já expomos, além do inconsciente, a língua é atravessada pela história, existem marcas de convenções sociais e modos de “traduzir” o mundo muito específicos de cada povo ou época. O que nos implica em afirmar que, qualquer tentativa de interpretação da história, “assim como o enunciado de verdades filosóficas e científicas, é sempre uma representação formulada por um sujeito que mantém vínculos materiais, políticos e sociais com uma sociedade concreta” (ARBEX, 2001, p. 86). Se o jornalismo não consegue oferecer “A Verdade” ao público, o que ele oferece de fato? Bucci irá categorizar essa verdade jornalística como uma verdade aproximada, uma “verdade provisória”. Sintetizando o que foi exposto, Bucci afirma que “a verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato, qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, é inevitavelmente ideológico” (BUCCI, 2000, p.51, *itálico do autor*). Portanto, além de ser uma verdade atravessada, ela corre o risco de ser efêmera. Uma manchete pode se tornar datada antes mesmo de chegar às mãos do leitor. O que garante que essa verdade provisória ainda tenha crédito, de acordo com Bucci, é uma relação de confiabilidade que o jornalismo tem com o público. “A imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo” (BUCCI, 2000, p.52). Segundo o autor, o relato jornalístico precisa garantir um mínimo de confiabilidade, um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida.

Com base no que apresentamos até aqui, fica evidente que a verdade no jornalismo diz respeito a uma modalidade discursiva específica. Trata-se de uma verdade “possível de ser construída segundo o ferramental metodológico-prático do jornalismo” (BUCCI, 2009, p. 81). Portanto, ao menos em teoria, seria uma verdade possível de ser “aferida”. O que queremos expor aqui é que, certamente, a FD própria do jornalismo seja

uma FD que cumpre com eficácia ainda maior a sua função primeira de apagar os próprios rastros, de dissimular sua própria existência (PÊCHEUX, 2014b). Esse “pacto” entre os jornalistas e os leitores que aceitam essa “verdade provisória”, surge nesse contexto como uma névoa que tenta esconder as condições materiais de produção das práticas jornalísticas.

Todavia, essa verdade não é aceita em sua totalidade. Nenhum discurso é aceito em sua totalidade. Pêcheux destaca que todo discurso “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2015, p.56). Ainda de acordo com Pêcheux, o discurso não surge de maneira “miraculosa”, desgarrado de quaisquer redes de memórias e dos trajetos sociais, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes. [...] não há identificação plenamente bem-sucedida” (PÊCHEUX, 2015, p.56). Dito de outra forma, a verdade vendida pelos jornais não é prontamente aceita pela sociedade sem antes passar pelo filtro da memória e do percurso que aquela sociedade percorreu até aquela notícia. Apesar de oscilar conforme a época, a credibilidade da mídia sempre foi e continuará sendo questionada. Atualmente, há um ataque sistemático que mina ainda mais essa noção de verdade. Apesar disso, o jornalismo segue sendo, um dos raros campos das Ciências Humanas, que se agarra à noção de Verdade. Seja para legitimar determinada prática, tentando passar ao público que aquele texto foi apurado e revisado antes de ser público; ou, simplesmente, para vender mais.

Essa legitimação das práticas, como se ao afirmar que o “jornalismo produz verdades”, o jornalista quisesse dizer “veja, as práticas que utilizei para chegar nesta notícia são válidas”, passa por todo um processo de discursivização do jornalismo enquanto instituição. E é este ponto, quando as práticas dão forma ao jornalismo, que analisar agora, sem deixar para trás a questão da “verdade jornalística” como importante agente nesse jogo de significações.

Geralmente, o leitor de um site, jornal ou revista, se atenta a uma matéria específica, lê a manchete de outra e demora o olhar em uma foto impactante, sem perceber, por outro lado, que existe um diálogo entre aqueles textos, um fio condutor que une a narrativa das editoriais, da política ao futebol, da economia à moda etc. Nesse movimento de “desatenção” do leitor (ROMÃO, 2004), residem os sentidos silenciados. É onde a linguagem estabelece cortes, retornos e deslocamentos, não somente um

apanhado de textos fechados em si mesmos. Temos então, o núcleo da forma-jornalismo sustentado por uma:

[...] não-ancoragem do dizer nas condições materiais que gestam fatos e conflitos e, por conseguinte, informações e relatos, desenraizando-os de toda e qualquer conjuntura sócio-histórica e deixando-os como fragmentos soltos no espaço, a serem lidos episodicamente. (ROMÃO, 2004, p.59)

Já que a “instituição jornalismo” (MARIANI, 1998) e o jornalista tem o “compromisso com a verdade”, o público é incentivado a olhar para quem é descrito e não quem descreve. Apagar os rastros também passa por apagar, de certa forma, o fato de que o jornalismo representa um tipo de instituição.

O que chamamos de instituição, do nosso ponto de vista, é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se legitimam e institucionalizaram ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social. (MARIANI, 1998, p.71)

Após a cristalização dessa memória do que é a "instituição jornalismo", fica "evidente" o que é o jornalismo para o público e para os próprios jornalistas. "Em outras palavras, a instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com interpretação de mundo previamente assegurada (MARIANI, 1998, p.81)". Nesse sentido, o "esquecer" diz respeito ao:

Resultado da atuação da memória histórica da formação do tipo discurso jornalístico. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos. (MARIANI, 1998, p.81)

Frente aos discursos institucionalizados, o analista do discurso tem como papel considerar a historicidade do processo e das condições de constituição da instituição, ou seja, “o modo como a instituição, ao se constituir com tal, discursivizou-se” (MARIANI, 1998, p.47). Esse gesto de leitura da instituição enquanto discurso não pode perder de vista a heterogeneidade constitutiva, também, dessa instituição.

Sem dúvida, o lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar (institucional ou não), deve ser compreendido como posição enunciativa vinculada ao complexo de formações discursivas em relação, e constitutivas do momento histórico. (MARIANI, 1998, p.49)

Ou seja, uma instituição, ao constituir-se, se encontra disposta por uma formação discursiva dominante, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de

sentido (MARIANI, 1998). Temos, portanto, uma figura aparentemente monolítica, mas que não está livre de deslocamentos. Portanto,

é necessário considerar também que sua dupla constituição comunidade/formação discursiva tanto afeta como é afetada pela memória e pela ideologia, uma vez que são tecidas de linguagem. Se, tradicionalmente, concebe-se a instituição como estrutura, pode-se também, pensa-la na dimensão do acontecimento. (MARIANI, 1998, p.50, grifo nosso)

Sendo as instituições também consideradas como estrutura/acontecimento, retomamos à discussão apresentada anteriormente de que acontecimentos discursivos podem, em um primeiro momento, desarticular práticas vigentes, promover deslocamentos, mas que, em seguida, correm o risco de serem absorvidos pela memória, servindo para novas ritualizações (MARIANI, 1998). Podemos ver um claro exemplo dessa imagem que se cria ao redor da figura do jornalismo/jornalista, que projeta tanto efeitos discursivos para fora, para o público, quanto cria funcionamentos internos, servido como guia, um código de conduta para os próprios jornalistas.

Pelos próprios pressupostos **institucionais** que alicerçam o ofício. **Quem não é democrata não pode ser jornalista.** O jornalismo a favor da ditadura é algo tão despropositado quanto um sindicato a favor do pelourinho. (BUCCI, 2000, p.49, grifo nosso)

Portanto, o jornalismo, não como prática fechada em si, mas como instituição, como discurso, respeita a uma cadeia de formações discursivas, que formam a “instituição jornalismo”. Como defendido por Bucci, e lembrando o que foi trazido por Pêcheux anteriormente no exemplo do soldado francês: “o verdadeiro jornalista é um democrata” ou então, “o verdadeiro jornalista sempre diz a verdade”. Com base nisso, adicionaremos mais algumas camadas à noção de “verdade jornalística/provisória”. Há outro problema evidente em se alcançar qualquer tipo de “verdade”, “discurso próprio/único” ou “imparcial”, tendo em vista a heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990). Ainda mais se tratando da prática jornalística que é constituída, em sua essência, pelo discurso sobre/relatado (AUTHIER-REVUZ, 2008; MARIANI, 2006;).

O primeiro ponto dessa complexa relação entre “o que se fala” e “o que se fala sobre quem fala”, são os discursos que atravessam o sujeito-jornalista. É comum encontrar uma defesa da transparência na linguagem empregada pelo jornalista, em sua “objetividade e clareza”, seja porque o jornalista possui o domínio da norma culta da língua, cumpre os pré-requisitos para uma apuração de dados e fontes, segue a cartilha

ensinada na faculdade ou, simplesmente, não é filiado a nenhum partido político ou causa além do seu ofício como jornalista. Cabe nessa reflexão a colocação feita por Pêcheux sobre a dificuldade de se encontrar um “discurso da ciência”, puro, sem atravessamentos.

Não há “discurso da ciência” (nem mesmo, a rigor, “discurso de uma ciência”) porque todo discurso é discurso de um sujeito [...] Todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é um “processo sem sujeito”. (PÊCHEUX, 2014b, p.182)

Segundo Bucci, "o jornalista é um sujeito falando de outro sujeito para um terceiro sujeito" (BUCCI, 2000, p.93). Ele completa a sentença afirmando que "o jornalismo não tem objetos – só tem sujeitos" (BUCCI, 2000, p.93). Por isso, o autor recomenda que não sejam ignoradas as "convicções pessoais" dos jornalistas. Como possível saída, Bucci pondera que não haja uma “isenção total” do jornalista, mas um “equilíbrio” (BUCCI, 2000). Apesar disso, ele admite que é impossível que haja um sujeito "não político" no jornalismo, ou como brinca o autor, um "homem de Marte", se referindo a um extraterrestre que não tenha tido contato algum com questões terrestres e possa ser “imparcial”. Além disso, o jornalista como "vigilante" dos poderes constituídos, atua no limiar da política. Ora a noticiando, ora interferindo diretamente no funcionamento do poder.

E, nesse sentido, é uma atividade social marcadamente política – mas é política pela informação, pela opinião e não pelo partidarismo. O jornalista, portanto, sobretudo o jornalista político, é um político fazendo política por outros meios (BUCCI, 2000, p.104).

Ademais, outros fatores que permeiam o fazer jornalístico também influenciam diretamente no texto que é entregue ao leitor na outra ponta. Sem a pretensão de descrever todos eles – o que não seria possível em um único estudo –, podemos citar alguns relevantes compilados por Felipe Pena. O caráter mais material e organizacional do ofício como o horário de entrada e saída na redação, pausa para o almoço, horário de fechamento de uma edição do jornal, necessidade de enviar o material com antecedência à gráfica, indisponibilidade de fontes, feriados e outros fatores alteram o conteúdo de uma matéria. Sem esquecer, é claro, que o jornalismo é um negócio – quase que em sua totalidade, privado –, portanto, tem como objetivo o lucro. A falta ou demasia de anunciantes, o preço do papel, o salário e os benefícios de um profissional contratado também refletem no resultado. Para explicar como esses fatores organizacionais e materiais afetam no jornalismo, foi elaborada a Teoria Organizacional (PENA, 2020). Além disso, a interação entre jornalistas, troca de experiências, vocabulário próprio e ritos também afetam a

maneira como um jornalista é formado. “As notícias têm uma estrutura de valores que são compartilhados pelos jornalistas entre si, embora carreguem ecos de interação com a sociedade” (PENA, 2020, p.141).

Portanto, além da interação com os saberes pessoais do jornalista, a pressão dos modos de produção de um jornal e o compartilhamento de experiências com colegas, há ainda a interação com o público que pode afetar o texto. Apesar de, algumas vezes, as teorias do jornalismo ainda esbarrarem na problemática de uma língua transparente, totalizante, nota-se um esforço para deixar claro que existe uma heterogeneidade nos textos. Que um texto jornalístico não é uma produção monolítica, fechada em si mesma. Mas sim, uma miríade de discursos. Cada elemento naquele texto possui seu próprio discurso, que é ancorado por outros discursos, inclusive, o próprio jornalista. O que seria então o autor de um texto jornalístico? Alguém que detém a autoria e a autenticidade daquele texto ou uma espécie de “curador de discursos”, não ficando, ele próprio, fora desse exercício meta-enunciativo (AUTHIER-REVUZ, 2008). Esse subjetivismo idealista que daria legitimidade à noção de autoria dos textos é criticado pelo dialogismo proposto por Mikhail Bakhtin (COSTA, 2015).

A ideia bakhtiniana de que as palavras são sempre já de “segunda-mão”, sempre já habitadas pelas marcas que os outros usuários nelas imprimiram, de que toda enunciação não passa, no fundo, de um rearranjo singular de palavras alheias, e também a concepção de que jamais se enuncia sozinho, que a enunciação é um processo coletivo em que no mínimo duas pessoas estão envolvidas, tratando-se sempre de uma co-enunciação, essas ideias põem em xeque noções como originalidade, genialidade e criação, estreitamente ligadas à noção de autor. (COSTA, 2015, p.323-324)

Em uma analogia bíblica, somente Adão, o primeiro homem, seria capaz de abordar o mundo em que os significados (nem a sua própria língua) ainda foram postos em questão, somente assim, seria possível efetuar um discurso isento e “original” (FOUCAULT, 2014). Isso porque, nenhuma palavra “é 'neutra', mas inevitavelmente 'carregada', 'ocupada', 'habitada', 'atravessada' pelos discursos nos quais 'viveu sua existência socialmente sustentada'” (AUTHIER-REVUZ, 1990). Portanto, segundo Authier-Revuz, o discurso é constitutivamente heterogêneo, “pois um discurso só se constitui a partir de e em relação a outro(s) discurso(s)” (BELO, 2016, p.841). Outrossim, “a psicanálise [...] apoiada na teoria de Saussure, na leitura de lacaniana de Freud, produz uma dupla concepção de uma fala **fundamentalmente heterogênea** e de um sujeito **dividido**” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.28, grifo da autora). Assumindo que inconsciente seja estruturado como um saber, ou melhor, como uma linguagem, “deve-se

reconhecer, então, que o ‘discurso do inconsciente’ aparece no discurso ‘normal’ (BELO, 2016, p.841). Assim sendo, além de se imbricar com outros discursos, o discurso também é heterogêneo pois ele está intrincado ao discurso do inconsciente (BELO, 2016). O sujeito, portanto, não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem, “mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito **descentrado**, dividido, clivado, barrado” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.28, grifo da autora). Retomando Freud, Authier Revuz expõe que essa posição do sujeito descentrado, “a função do desconhecimento do eu”, que, no imaginário do sujeito, é responsável por reconstruir a imagem do sujeito autônomo, apagando essa divisão (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Assumimos, com base no exposto até este ponto, que há uma heterogeneidade no sujeito, nos discursos e nas Formações Discursivas. Isso porque, reconhecemos nas FDs a imbricação de dois reais: “o da língua, em sua autonomia relativa, e o da história, apreendido a partir da contradição das forças materiais que nele se afrontam” (COURTINE, 2009, p.235). Portanto, uma FD não é um espaço estrutural fechado. Ela é a todo momento invadida “(isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos)” (PÊCHEUX, 2014a, p.310). Mariani (1998) irá descrever a prática jornalística como sendo um “discurso sobre”, como dissemos anteriormente, é um espaço por onde passam dizeres, por onde se fala de outros discursos. Esse recurso forneceria ao jornalista um efeito/ilusão de distanciamento, a jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor” (MARIANI, 1998, p.60). Ao agrupar esses diferentes discursos em um único texto, o jornalista insere mais uma camada de heterogeneidade, ao mesmo tempo que insere mais uma máscara sobre essas camadas. Essa polifonia e heterogeneidade de discursos ao mesmo tempo em que representa um risco ao jornalista, paradoxalmente, lhe fornece a ilusão da imparcialidade.

O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretenso **domínio da referencialidade**, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade. (MARIANI, 2006, p.34, grifo nosso)

Esse recurso, que “insere o outro na sequência do discurso – discurso direto, aspas, formas de retoque ou glosa, discurso indireto livre, ironia” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.25), é chamado de “discurso relatado”. Todo ato de falar passa por processos de

reconstrução, modificação e apropriação de outros dizeres. No discurso relatado, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se aquele enunciado pertencesse a ele. Nota-se que, para esse discurso funcionar, são necessários sucessivos apagamentos: do sujeito descentrado, da ideologia, das condições de formação dos discursos e, por conseguinte, de todo esse outro conjunto de ideologias, sujeitos e condições que constituem o discurso do outro, o discurso relatado. Como supomos anteriormente, a FD própria do jornalismo carrega consigo caráter ainda mais “institucionalizado” de apagamento dos próprios rastros discursivos.

Um recurso comumente utilizado no discurso relatado e nos textos jornalísticos é o uso das aspas; o discurso direto. Esse sinal de distância que o locutor emprega na escrita (AUTHIER-REVUZ, 2016), por meio de uma ruptura sintática, cria uma espécie de suspensão de responsabilidade de quem escreve (AUTHIER-REVUZ, 1990). Como se o locutor-relator dissesse: “esse discurso não é meu, apenas estou fazendo uso momentâneo dele”. “Essa atitude manifesta uma aptidão: coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza” (AUTHIER-REVUZ, 2016, p.204). As aspas também marcam o encontro de um discurso com o outro, exibem os deslizamentos que podem ocorrer nas “bordas” das formações discursivas. Elas nos revelam uma imperfeição constitutiva do discurso, sua heterogeneidade constitutiva. As aspas são a marca de uma imperfeição, constitutiva.

Se a palavra aspeada está “na margem” de um discurso, não é no sentido de que seria desprezível, mas no sentido de que uma margem *delimita e constitui*. As aspas se fazem “sobre a borda” de um discurso, ou seja, marcam o *encontro de um discurso com o outro*. (AUTHIER-REVUZ, 2016, p.216, *itálicos da autora*)

Não obstante, o discurso relatado e as aspas auxiliam na manutenção da ilusão da autenticidade. De que existem palavras “suas” e palavras que estão além, no exterior do seu discurso. Além do discurso direto outra ferramenta utilizada no jornalismo é o discurso indireto. Este, segundo alerta Authier-Revuz, é uma forma mais arriscada, porque dilui o discurso do outro no discurso do relator. Tendo em vista essa heterogeneidade e todos os problemas já levantados aqui acerca de “verdade” e “fato jornalístico”, por que então o jornalismo insiste nesse conceito de verdade? Mariani irá dizer que, em primeiro lugar, os dizeres do/sobre o jornalismo estão relacionados, por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro lado, com seu próprio processo histórico de constituição. A memória já cristalizada da imprensa agindo na

produção das notícias fornece um dos alicerces necessários para manter a significação do conceito de “verdade” no jornalismo. “Memória que atua como um ‘filtro’ na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado” (MARIANI, 1998, p.67). Portanto, fica evidente que o lugar de onde se enuncia constitui o dizer. Para observar com ainda mais profundidade como cada veículo sustenta a sua “verdade”, Mariani assegura ser imprescindível percorrer a historicidade constitutiva da formação de uma instituição para compreender sua produção discursiva.

Porém, façamos uma ressalva: não existe memória infalível, nem FD sem furos, não há dominação sem resistência (PÊCHEUX, 2014b). As noções de “verdade” e confiabilidade do jornalismo, que sozinha já não se sustentavam, têm sido atacadas reiteradamente nos últimos anos. O enunciado de que o jornalismo e verdade andam de mãos dadas se tornou hegemônico e, por isso, sofreu invasões em suas fronteiras. E, mesmo se não fosse o discurso hegemônico por boa parte do século XX, como Pêcheux mesmo adverte, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação.

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida. (PÊCHEUX, 2015, p.56)

Por fim, mais um aspecto a ser ressaltado na forma-jornalismo é antecipação e a enunciação a partir da posição-sujeito “opinião pública”. Já tratamos da antecipação no capítulo sobre a prática política, no campo do jornalismo o processo se desenvolve de maneira semelhante, mas para outros fins. Para que o jornalista possa ser entendido como um narrador confiável, ele deve antecipar os efeitos de significação que (teoricamente) serão apreendidos pelo leitor. Assim, o local mais “seguro” para um jornalista enunciar é a partir do que é “interesse público”. Primeiramente, ele deve avaliar se aquela informação que ele detém possui valor-notícia. Quanto mais inédito, impactante e singular for um fato jornalístico, mais valor-notícia ele terá (SILVA, 2006). Feito isso, é hora de observar se o fato é de interesse público. Não devemos confundir *interesse público* com *interesse do público*. O pressuposto básico do interesse público é o seguinte:

[...] onde há dinheiro público, há interesse público e deve haver transparência em torno de: a) informação sobre a alocação do dinheiro público; b) como o dinheiro público foi gasto; c) quais os resultados obtidos com o dinheiro público. Nem só de dinheiro, porém, vive a vida pública; mas, sobretudo, da

publicidade em torno das ações que afetam a vida pública. (SILVA, 2006, p.50).

Sobre o *interesse do público* podemos inserir toda a sorte de informações; acontecimentos em um reality show, a morte de uma celebridade ou o escorregão de uma modelo na passarela. São eventos que não afetam diretamente a vida pública, mas que despertam o interesse do público. Como um jornalista de política, frequentemente, pauta suas matérias com base no que é interesse público, ele cumpre esse pré-requisito para que a sua verdade provisória se torne mais crível e que a sua figura de jornalista inspire mais confiança no público. Esse recurso também simula um efeito de estado democrático nas redações. Já que os dizeres reproduzidos pela mídia têm o poder de afetar os rumos da política, ela precisa desse efeito/ilusão de que o público foi levado em consideração (ARBEX, 2001). “Na verdade, os indivíduos permanecem isolados, espalhados pelas mais distintas cidades [...], sendo virtualmente ‘unificados’ pela mídia, mas sem terem exercido qualquer interlocução” (ARBEX, 2001, p56)

CONSIDERAÇÕES

O que pudemos mostrar de forma breve neste texto, é que o acúmulo e sedimentação de práticas discursivas por sujeitos que atuam com o jornalismo, deu forma a um modo de se fazer e de se dizer. A forma-jornalismo não caracteriza um discurso por si só – apesar de estar sob o domínio de uma Formação Ideológica dominante –, mas é um local historicamente determinado por onde passam e são reproduzidos discursos. Esses discursos que passam pela forma-jornalismo ganham mais ou menos repercussão, sofrem deslizamentos ou silenciamentos, o que corresponde ao que popularmente podemos chamar de “viés da mídia”. Entendemos que delimitar esse modo de produção do jornalismo é de grande valia para a AD, uma vez que ataca essa noção ambígua de que há um “discurso jornalístico”.

REFERÊNCIAS

ARBEX, J. **Showrnlismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer. Tradução de Maria Cristina Batalha. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 33-63, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27906/0>. Acesso em: 5 jul. 2021.

AUTHIER-REVUZ, J. Palavras mantidas a distância. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 201-225.

BELO, J. Os efeitos de sentido das formas do discurso relatado em notícias. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. p. 840-855, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/678/1070>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BUCCI, E. **Imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, N. Dialogismo e análise do discurso: alguns efeitos do pensamento bakhtiniano nos estudos do discurso. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão/SC, v. 15, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2015. DOI: 10.1590/1982-4017-150207-1215

MANUAL da redação: Folha de S. Paulo. **Publifolha**, São Paulo, 2005.

MARIANI, B. **Imprensa de 1930 e memória histórica**: uma questão para a análise do discurso. 1988. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 - 1989). Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARIANI, B. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21-45, 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1078> Acesso em: 18 set. 2021.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014b.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

ROMÃO, L. M. S. Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 56-62, ago./dez. 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1470/1446> Acesso em: 16 abr. 2021.

SILVA, L. Jornalismo e interesse público. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (org.). **Jornalismo Político**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 45-84.